



1 Conjuntura Socioeconômica

1.1 Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2 Cenário Econômico Nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho e saneamento.

Produto Interno Bruto Nacional

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo descontadas as despesas com insumos e serviços e somados os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

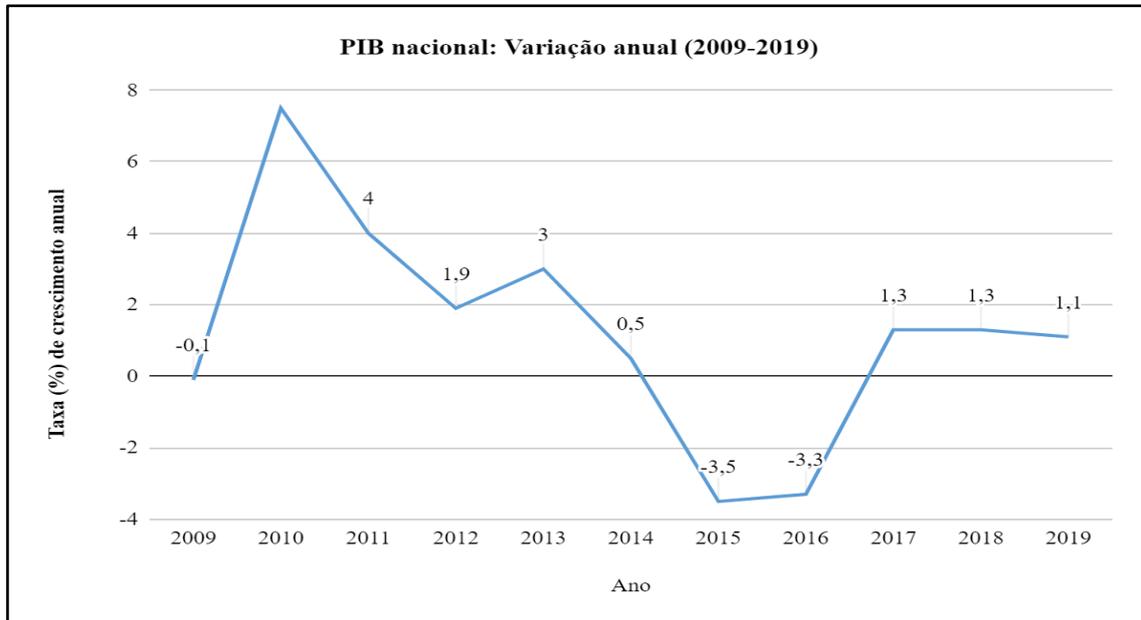
Segundo dados do IBGE, o PIB nacional em 2019 cresceu 1,1% em relação ao ano anterior. No acumulado do ano, o PIB totalizou R\$ 7,257 trilhões em valores correntes. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 322,0 bilhões, a Indústria R\$ 1,301 trilhão, os Serviços R\$ 4,590 trilhões e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios R\$ 1,044 bilhão.

Em decorrência deste crescimento, o PIB per capita alcançou R\$ 34.533 (em valores correntes), em 2019, um avanço (em termos reais) de 0,3% em relação a 2018. O PIB per capita é definido como a divisão do PIB pelo número de habitantes, que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 1996 e 2019.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA



Fonte: IBGE.

Segundo o IBGE, em 2019, o crescimento do PIB resultou da expansão de 1,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da alta de 1,5% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (1,3%), Indústria (0,5%) e Serviços (1,3%).

Com relação à Agropecuária, a variação em volume do Valor Adicionado (1,3%) resultou do desempenho positivo tanto da agricultura quanto da pecuária, com destaque para o milho (23,6%), algodão (39,8%), laranja (5,6%) e feijão (2,2%).

Na Indústria (0,5%), destaca-se o desempenho da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, os quais cresceram 1,9% em relação a 2018. No que se refere à Construção, houve um crescimento de 1,6% no ano, sendo o primeiro resultado positivo depois de cinco anos consecutivos de queda. Salienta-se que as Indústrias de Transformação apresentaram estabilidade (0,1%). Tal resultado decorreu, especialmente, do crescimento, em volume, do Valor Adicionado da fabricação de produtos de metal, de produtos alimentícios, de bebidas e produtos derivados do petróleo.

Já as atividades que compõem os Serviços que apresentaram variação positiva foram: Informação e comunicação (4,1%), Atividades imobiliárias avançou (2,3%), Comércio (1,8%), Outras atividades de serviços (1,3%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,0%) e Transporte, armazenagem e correio (0,2%). A atividade de Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,0%) se manteve estagnada no ano.

Dentre os componentes da demanda interna, ocorreu avanço do Consumo das Famílias (1,8%) e da Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF (2,2%), segundo



resultado positivo, depois de uma sequência de quatro anos negativos. O Consumo do Governo teve variação negativa (-0,4%).

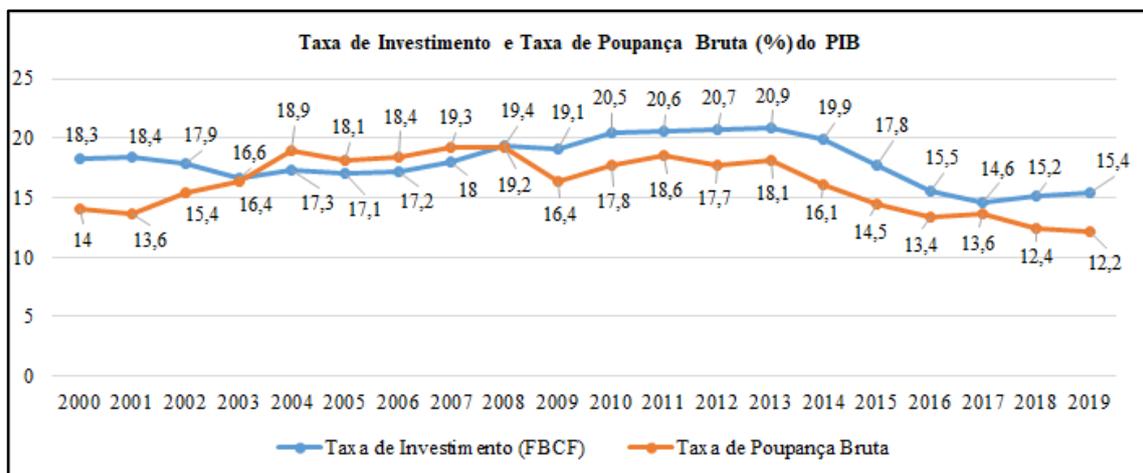
Com relação ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços caíram 2,5%, enquanto as Importações de Bens e Serviços avançaram 1,1%.

Taxa de Investimento

Outros indicadores relevantes são a Taxa de Investimento e a Taxa de Poupança Bruta. A primeira é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), na qual a FBCF registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos.

Já a Taxa de Poupança Bruta é aferida pela parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O gráfico a seguir apresenta os dados do investimento e da poupança como porcentagem do PIB, no período de 2000 a 2019.



Fonte: IBGE.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2019 foi de 15,4% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,2%). A taxa de poupança foi de 12,2% em 2019 (ante 12,4% no ano anterior).

1.3 Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 População



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano, a população brasileira era de 190.755.799 habitantes, dos quais 84,36% residiam na zona urbana e 15,64% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.081.950 habitantes, representando 27,82% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela demonstra a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.052.210	1.744.238	8.796.448

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Observa-se que, até a década de 60, a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do Estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população total de Pernambuco estimada para 2019 foi de 9.557.071¹ (nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e setenta e um) habitantes, que representa 16,75% da população total estimada da Região Nordeste (57.071.654) e 4,55 % da população total estimada do Brasil 210.147.125, para 2019.

1.3.2 Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* de Pernambuco

A economia pernambucana apresentou crescimento de 1,9%² do seu PIB em 2019, em comportamento mais acelerado do que a economia nacional no ano, já que o índice do PIB brasileiro foi positivo em 1,1%. Segundo estimativas da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), o PIB

¹ Diferença de 446 pessoas entre os Estados de Alagoas e Pernambuco com relação a Projeção da População para o Brasil e Unidades da Federação 2019, para o ano de 2019, em virtude de alteração de limites entre municípios na fronteira interestadual.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>

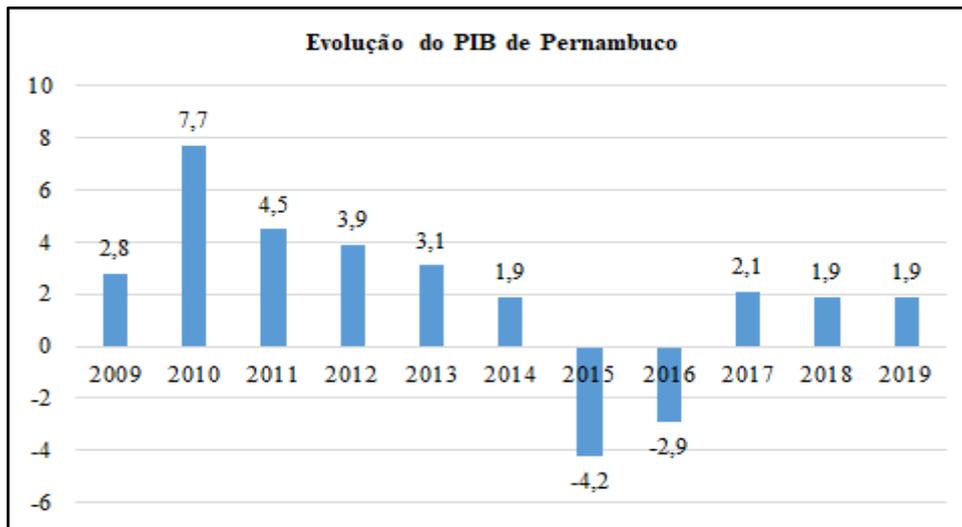
² Sistema de Contas Regionais, Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

pernambucano em 2019, em valores correntes, totalizou R\$ 205,0 bilhões² em valores correntes.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB estadual de 2009 a 2019:



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, a agropecuária, a indústria e os serviços são os setores econômicos que, segundo a entidade, incrementaram o resultado anual. Os três segmentos apresentaram crescimento de 12,7%; 3,4% e 1,0%, respectivamente.

O quadro a seguir faz um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2009 a 2019.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2009	-0,1	2,8
2010	7,5	7,7
2011	4,0	4,5
2012	1,9	3,9
2013	3,0	3,1
2014	0,5	1,9
2015	-3,5	-4,2
2016	-3,3	-2,9
2017	1,3	2,1
2018	1,3	1,9
2019	1,1	1,9

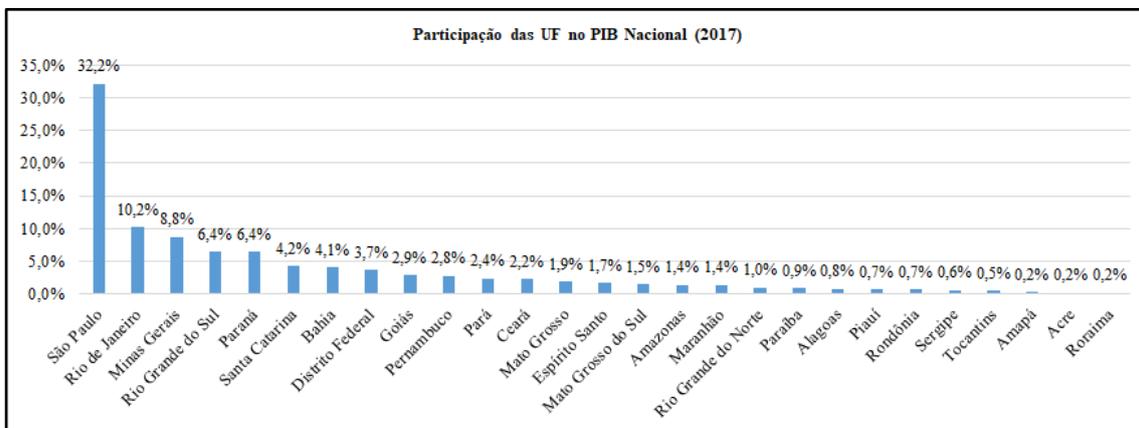
Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Observa-se que, durante o período analisado, a economia pernambucana apresentou taxa de crescimento superior à da economia nacional. Entretanto, em 2015 e 2016, houve contração das economias pernambucana e nacional. Observa-se ainda que a taxa de crescimento do PIB pernambucano manteve-se em 1,9% nos anos de 2018 e 2019.

A seguir tem-se a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2017, que são os mais atualizados, conforme dados do IBGE.



Fonte: IBGE

<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

Pernambuco se manteve na décima posição no ranking nacional, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás. Dentre os estados integrantes da região Nordeste, Pernambuco ficou com a segunda posição, ficando atrás apenas do estado da Bahia.

Ressalte-se, contudo, que quando o PIB é relativizado à população (PIB per capita), os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (2017) mostram que Pernambuco aparece na 17ª posição nacional, à frente de todos os demais estados da região Nordeste, bem como dos estados do Pará e Acre (Região Norte), conforme ilustrado no quadro abaixo:

PIB per capita por estado (aferição mais recente)

Unidade da Federação	Última aferição (2017) em R\$ mil/habitante
DF	80.502,47
SP	47.008,77
RJ	40.155,76
SC	39.592,28
MT	37.914,00
RS	37.371,27



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Unidade da Federação	Última aferição (2017) em R\$ mil/ habitante
PR	37.221,00
MS	35.520,45
GO	28.308,77
ES	28.222,56
MG	27.282,75
RO	24.092,81
RR	23.158,06
AM	22.936,28
TO	21.998,34
AM	19.405,11
PE	19.164,52
PA	18.549,33
RN	18.333,19
SE	17.789,21
BA	17.508,67
AC	17.201,95
CE	16.394,99
AL	15.653,51
PI	15.497,67
PB	14.089,78
MA	12.788,75

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101679_informativo.pdf

Embora seja visível do quadro acima que as regiões Norte e Nordeste formem um segundo bloco de economias dentro do país (visto que os PIB per capita dos 16 estados que as compõem ocupam as 16 últimas posições no cenário nacional) necessário pontuar que comparativamente entre os anos de 2002 e 2017 (quinze anos, portanto), Pernambuco avançou três posições no ranking acima, tendo ultrapassado os PIBs *per capita* dos estados da Bahia, Sergipe e Acre nesse interstício.

1.3.3 Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2009 e 2019.



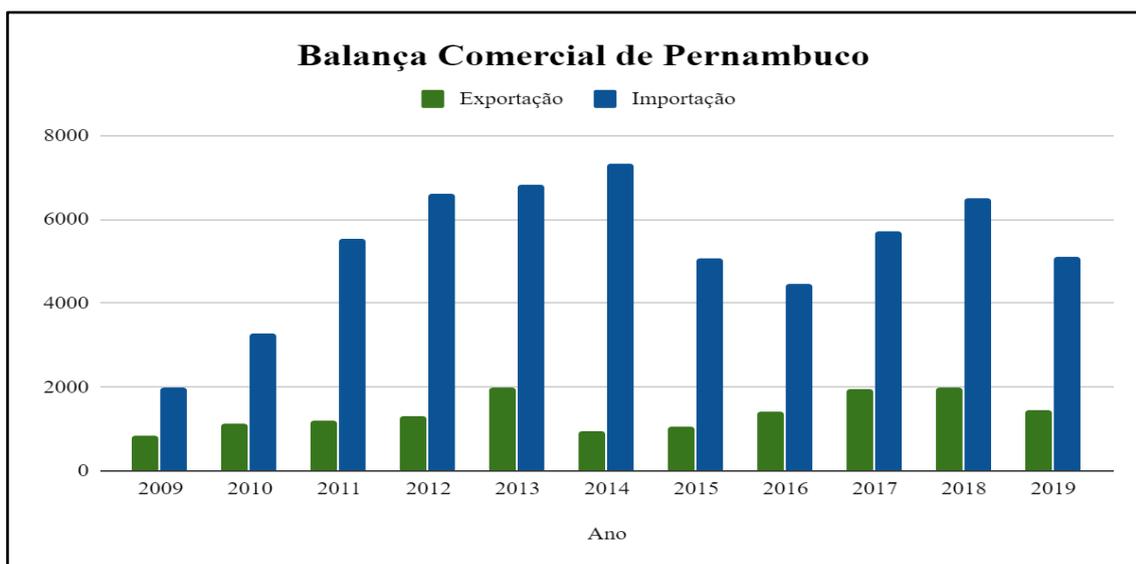
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

US\$ MILHÕES FOB³

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2009	823,97	1.981,37	-1.157,40
2010	1.112,50	3.272,66	-2.160,16
2011	1.198,96	5.534,26	-4.335,30
2012	1.319,97	6.595,54	-5.275,57
2013	1.991,53	6.811,44	-4.819,91
2014	943,81	7.337,14	-6.363,33
2015	1.046,58	5.066,60	-4.020,02
2016	1.417,81	4.449,30	-3.031,49
2017	1.961,88	5.703,99	-3.742,11
2018	1.974,89	6.505,78	-4.530,89
2019	1.466,30	5.092,00	-3.625,70

Fonte: MDIC/SECEX.

<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>



Fonte: MDIC/SECEX

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Entretanto, pode-se observar, no período de 2015 a 2018, após redução significativa ocorrida em 2014, aumento das exportações e, no período de 2015 a 2016, redução significativa das importações. Em 2017 e 2018, houve aumento significativo de importações, ficando bem distante a ocorrência de superávit. Já em 2019, houve diminuição tanto das exportações quanto das importações, com redução de 26,5% e 21,7%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

³ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros).

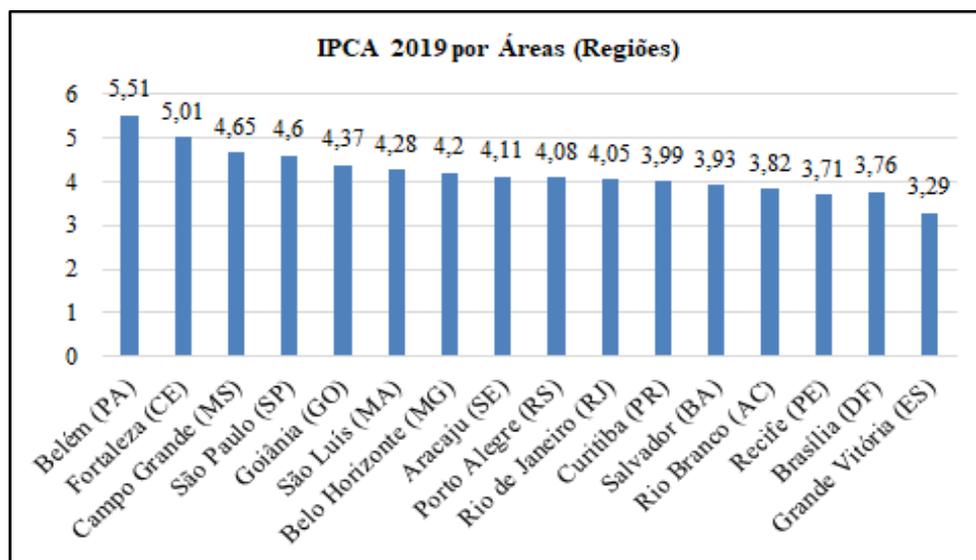


Em 2019, o déficit na balança comercial foi da ordem de US\$ 3,6 bilhões, inferior ao de 2018, que foi da ordem de US\$ 4,5 bilhões.

1.3.4 Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, corresponde ao índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”⁴.

O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90 % das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2019.



Fonte: IBGE (Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor).

Verifica-se que as Regiões Metropolitanas de Belém e Fortaleza foram as que apresentaram o maior índice de inflação, em 2019, dentre as regiões pesquisadas.

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 3,71%, em 2019, superior ao índice de 2,84% apurado em 2018, bem como alcançou um dos menores índices, em 2019, dentre todas as pesquisadas.

⁴ O Decreto Federal nº 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2.744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.

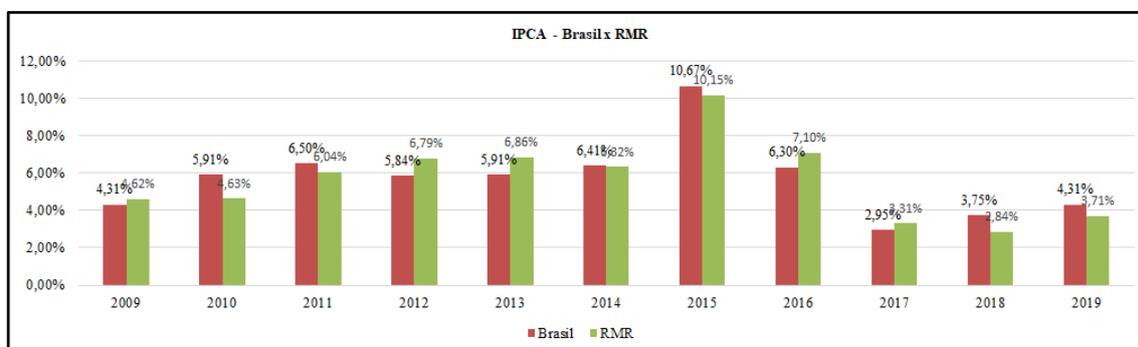


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2009 a 2019.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2009	4,31%	4,62%
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%
2015	10,67%	10,15%
2016	6,30%	7,10%
2017	2,95%	3,31%
2018	3,75%	2,84%
2019	4,31%	3,71%

Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu no ano de 2015, tanto para o Brasil, apresentando taxa de 10,67%, quanto para a RMR, apresentando taxa de 10,15%.

Em 2019, o IPCA na RMR de 3,71%, rompendo uma tendência de queda. Não obstante, ficou abaixo da inflação nacional, a qual chegou a 4,31%.

1.3.5 Mercado de Trabalho

1.3.5.1 Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil apresentou saldo



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

positivo de 644.079 quanto à geração de empregos formais no ano de 2019, ou seja, houve mais admissões do que desligamentos. Nesse mesmo ano, a Região Nordeste foi responsável pelo ganho de 76.561 empregos formais, dos quais Pernambuco foi responsável por um ganho de 9.696 de tais empregos.

A tabela abaixo apresenta um comparativo dos saldos entre admissões e desligamentos nas regiões geográficas brasileiras.

Saldos entre admissões e desligamentos ocorridos, em 2019, por Região Geográfica					
Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Centro-Oeste	Brasil
76.561	318.219	32.576	143.273	73.450	644.079
11,89%	49,41%	5,06%	22,24%	11,40%	100%

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

<http://pdet.mte.gov.br/caged>

Pela análise da tabela acima, verifica-se que a Região Sudeste foi a que apresentou maior representatividade no saldo da evolução do emprego formal, com 49,41%. Já a Região Nordeste ocupou a terceira das cinco posições, com representação de 11,89% do saldo de admissões e desligamentos.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2009 e 2019.

Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01
2015	-3,74	-3,74	-6,43
2016	-3,33	-3,63	-3,68
2017	-0,05	-0,23	-0,52
2018	1,40	1,30	0,16
2019	1,68	1,21	0,78

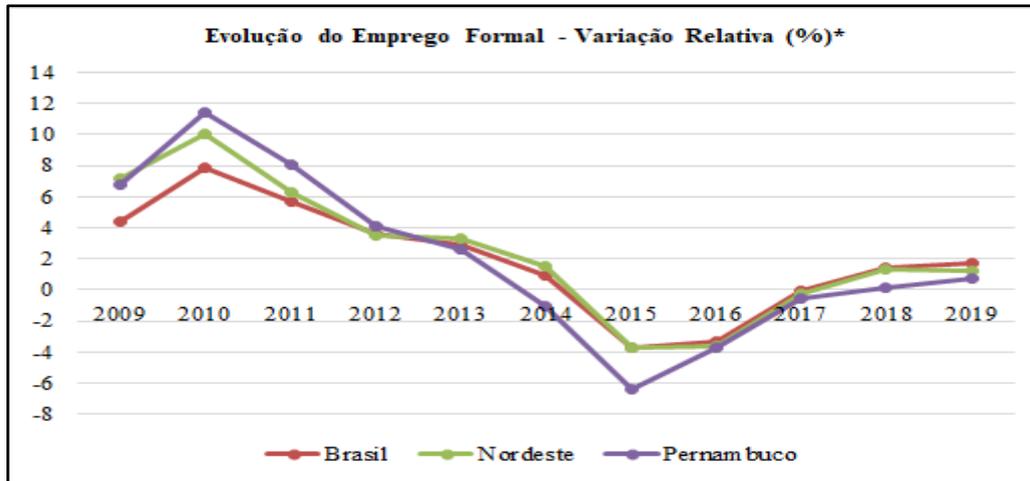
Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

<http://pdet.mte.gov.br/caged>

Nota: *Com ajustes.



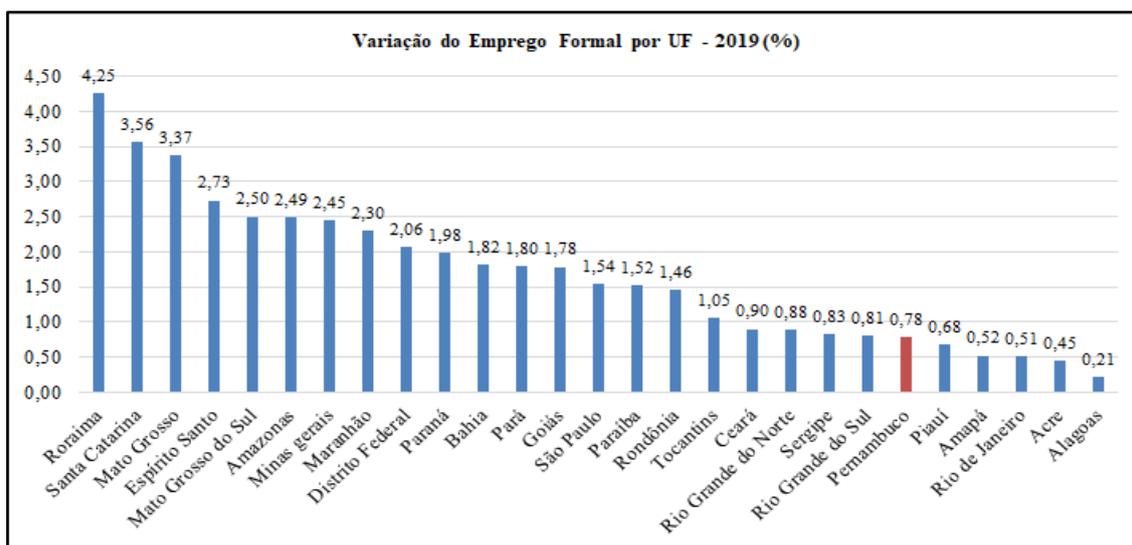
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.
<http://pdet.mte.gov.br/caged>

Observa-se que no período, entre 2009 e 2012, o saldo de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir do ano de 2013, a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e à do Nordeste, chegando a 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que, a partir do ano de 2010, as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 e 2017 houve uma recuperação de Pernambuco, ainda abaixo da taxa brasileira. Nos anos de 2018 e 2019, embora tenha crescido, o desempenho ficou abaixo do apresentado pelo Nordeste e pela média nacional.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2019.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED. <http://pdet.mte.gov.br/caged>



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Os dados do CAGED revelam que, em 2019, as admissões superaram os desligamentos em todos os estados. Pernambuco apresentou variação positiva (0,78%), ocupando a 22ª posição no ranking nacional, na qual melhorou uma posição em relação ao ano de 2018, quando ocupou a 23ª posição.

1.3.5.2 Desemprego

Neste item serão tratadas as taxas de desocupação do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife, medidas pela PNAD Contínua do IBGE.

O desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. É calculado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1.3.5.2.1 Taxa de Desocupação

A análise da taxa de desocupação concentrar-se-á nos indicadores obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. A tabela a seguir faz um comparativo entre as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade das Regiões Metropolitanas, no período entre 2012 e 2019:

Taxa de Desocupação - Regiões Metropolitanas								
RM/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Goiânia (GO)	4,5	4,6	4,0	6,2	9,5	9,3	7,8	8,3
Florianópolis (SC)	3,3	3,6	4,3	5,1	6,7	7,8	7,2	8,3
Porto Alegre (RS)	5,1	5,4	5,5	6,8	9,7	10,2	9,9	9,5
Curitiba (PR)	5,4	4,4	3,8	5,5	9,0	10,9	10,8	9,8
Vale do Rio Cuiabá (MT)	5,7	5,3	5,2	7,7	11,1	9,9	9,2	10,5
Fortaleza (CE)	8,8	7,9	7,4	8,9	12,4	12,4	12,1	11,8
Belo Horizonte (MG)	7,2	7,2	7,7	9,7	13,8	15,4	14,0	11,9
Grande Vitória (ES)	8,9	8,9	8,5	10,3	15,2	15,5	13,8	12,3
João Pessoa (PB)	10,1	10,0	10,0	11,2	12,1	11,6	11,8	12,8
Natal (RN)	11,7	10,4	11,7	12,6	14,8	14,4	13,3	13,0
Maceió (AL)	12,5	12,6	12,1	11,9	14,5	16,9	17,2	13,2
São Paulo (SP)	7,7	7,8	7,5	9,6	13,2	14,6	14,7	13,7



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Taxa de Desocupação - Regiões Metropolitanas								
RM/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Belém (PA)	11,0	10,8	11,4	12,5	14,3	14,0	13,6	14,1
Rio de Janeiro (RJ)	7,5	6,5	6,2	7,0	11,2	14,9	15,1	14,9
Aracaju (SE)	12,1	12,0	10,8	11,0	17,0	17,7	18,4	16,3
Manaus (AM)	11,3	10,8	8,9	10,9	16,4	19,1	16,9	16,6
Recife (PE)	11,6	10,5	9,4	9,2	15,1	19,1	18,3	17,3
Grande São Luís (MA)	13,7	11,4	9,9	13,5	16,6	18,9	17,5	17,5
Salvador (BA)	11,4	13,1	14,0	15,8	19,1	18,1	18,8	17,6
Macapá (AP)	13,2	11,2	10,6	12,2	16,4	17,6	19,7	18,2

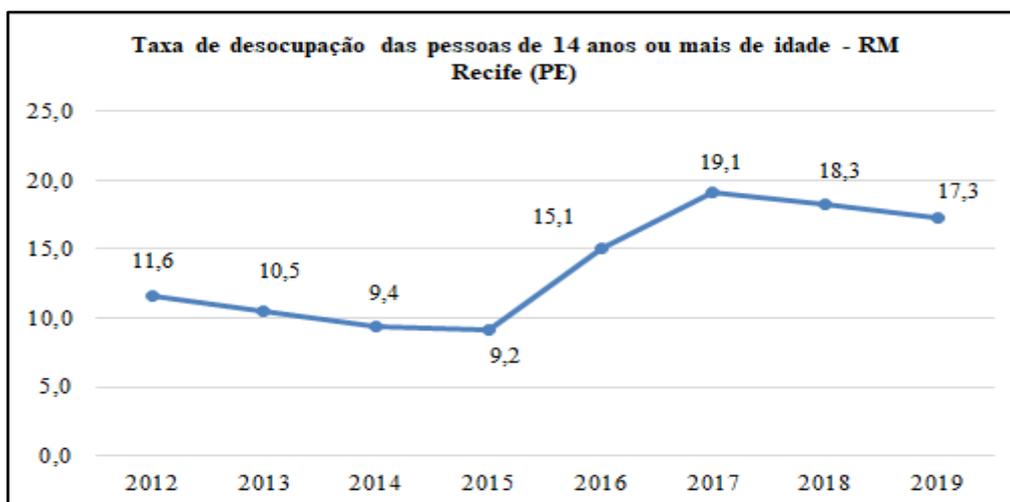
Fonte: IBGE

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>

Nota: *Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

Observa-se que a Região Metropolitana de Recife - RMR apresentou o 4º (quarto) pior índice de desocupação, no ano de 2019, com taxa média de 17,3%.

Salienta-se que a taxa de desocupação da Região Metropolitana do Recife - RMR esteve em trajetória de queda entre 2012 e 2015, mas agravou-se significativamente em 2016 e 2017, apresentando queda nos anos de 2018 e 2019, como se pode visualizar no gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2019).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Considerando a mesma pesquisa realizada pelo IBGE (PNAD Contínua Trimestral), no período de 2012 a 2019, foram obtidos dados, que permitem comparar as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, das Unidades Federativas – UF, conforme a tabela a seguir:

UF/Ano	Taxa de Desocupação (Unidades da Federação)							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Santa Catarina	3,4	3,1	2,9	4,1	6,3	7,1	6,4	6,1
Mato Grosso	5,5	4,4	4,0	6,1	9,4	9,0	7,9	8,0
Rondônia	6,4	5,1	4,2	5,6	7,9	8,2	9,1	8,0
Mato Grosso do Sul	6,1	4,7	4,1	6,1	7,7	8,5	7,6	8,0
Rio Grande do Sul	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2	8,4	8,1	8,0
Paraná	5,0	4,3	4,0	5,9	8,2	9,0	8,8	8,5
Minas Gerais	6,9	6,6	6,7	8,5	11,1	12,2	10,7	10,1
Goiás	5,4	5,4	5,3	7,3	10,5	10,6	9,2	10,6
Pará	7,4	7,3	7,2	8,8	11,2	11,8	11,1	10,8
Tocantins	7,7	7,5	7,5	8,6	11,5	11,7	10,6	10,8
Ceará	7,7	7,8	7,4	8,8	12,0	12,6	11,3	10,9
Espírito Santo	7,1	7,1	6,2	7,7	12,2	13,1	11,5	11,0
Paraíba	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4	11,4	11,1	11,6
São Paulo	7,3	7,2	7,1	9,3	12,4	13,4	13,3	12,5
Piauí	6,9	7,5	6,5	7,6	9,4	12,9	12,8	12,8
Rio Grande do Norte	11,4	10,7	11,0	12,0	14,2	14,5	13,6	13,1
Distrito Federal	8,6	9,0	9,0	10,1	12,0	13,2	12,7	13,4
Amazonas	9,5	9,1	7,7	9,5	13,6	15,7	13,9	14,0
Maranhão	8,1	7,9	6,8	8,6	11,9	14,3	14,4	14,3
Acre	8,4	9,0	7,7	8,5	10,9	14,1	13,5	14,5
Rio de Janeiro	7,5	6,8	6,3	7,6	11,7	14,9	15,0	14,7
Alagoas	11,4	10,6	9,6	11,2	14,1	16,7	17,0	14,9



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

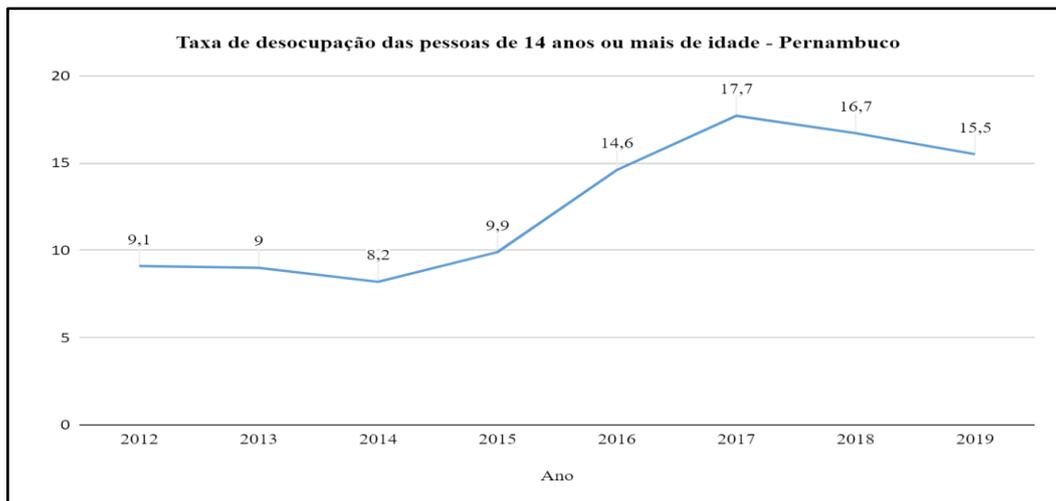
UF/Ano	Taxa de Desocupação (Unidades da Federação)							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Roraima	7,6	8,0	6,3	8,5	8,8	9,9	12,3	14,9
Sergipe	10,3	10,3	9,2	9,1	13,3	14,3	16,6	15,1
Pernambuco	9,1	9,0	8,2	9,9	14,6	17,7	16,7	15,5
Bahia	11,1	11,2	10,3	12,3	15,9	17,0	17,0	17,2
Amapá	13,2	11,5	10,3	11,0	15,5	17,7	20,2	17,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2019).

Nota: *Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

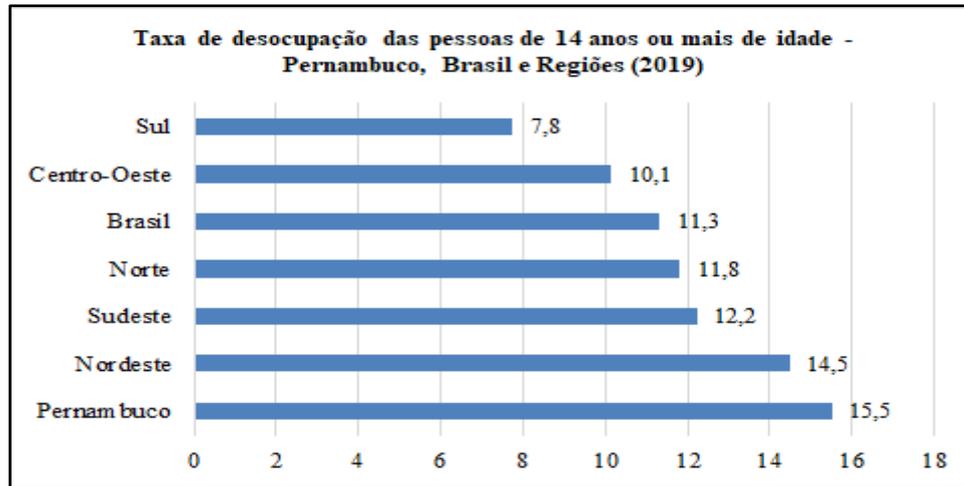
A análise de tais dados permite observar que, em 2019, Pernambuco apresentou o 3º (terceiro) pior desempenho do país (15,5%), melhor apenas que Bahia (17,2%) e Amapá (17,4%).

Verificou-se ainda que a taxa de desocupação de Pernambuco apresentou trajetória de queda entre 2012 e 2014, mas em contrapartida apresentou crescimento significativo entre 2015 e 2017, com queda nos anos de 2018 e 2019, conforme demonstrado a seguir.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

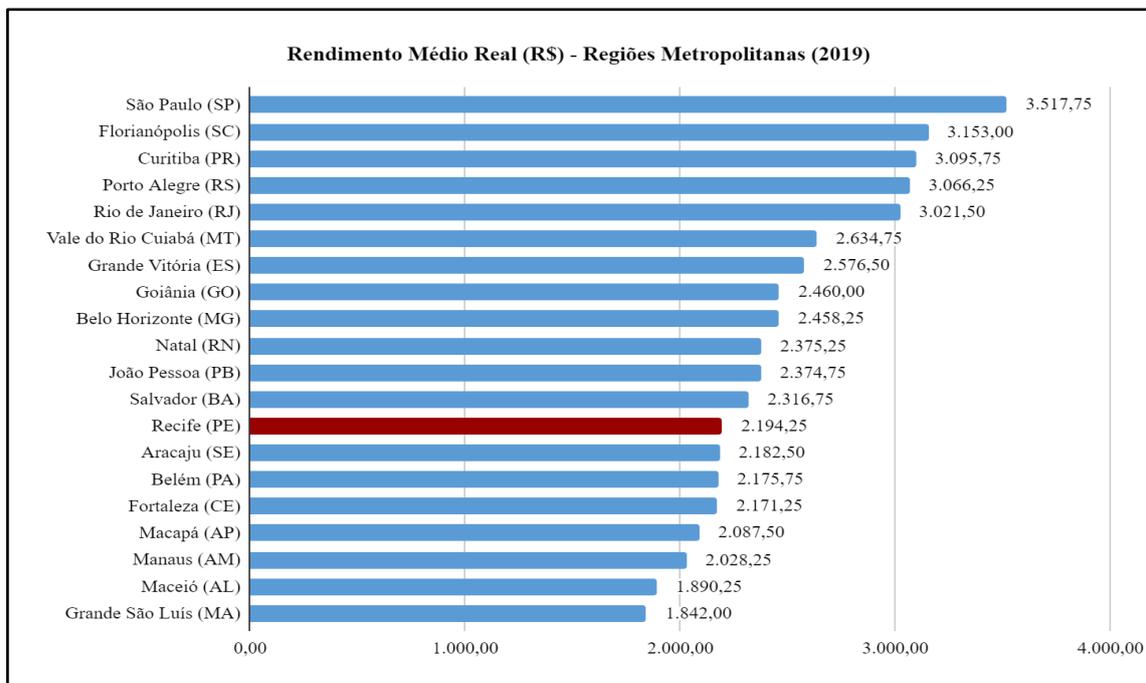
A partir dessa análise, constatou-se que a taxa de desocupação de Pernambuco foi superior às médias das taxas de desocupação do Brasil e de suas Regiões, no exercício de 2019, como se observa no gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2019).

1.3.5.3 Rendimento

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2019, também realizada pelo IBGE, foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por **Região Metropolitana**, no ano de 2019, conforme gráfico a seguir:



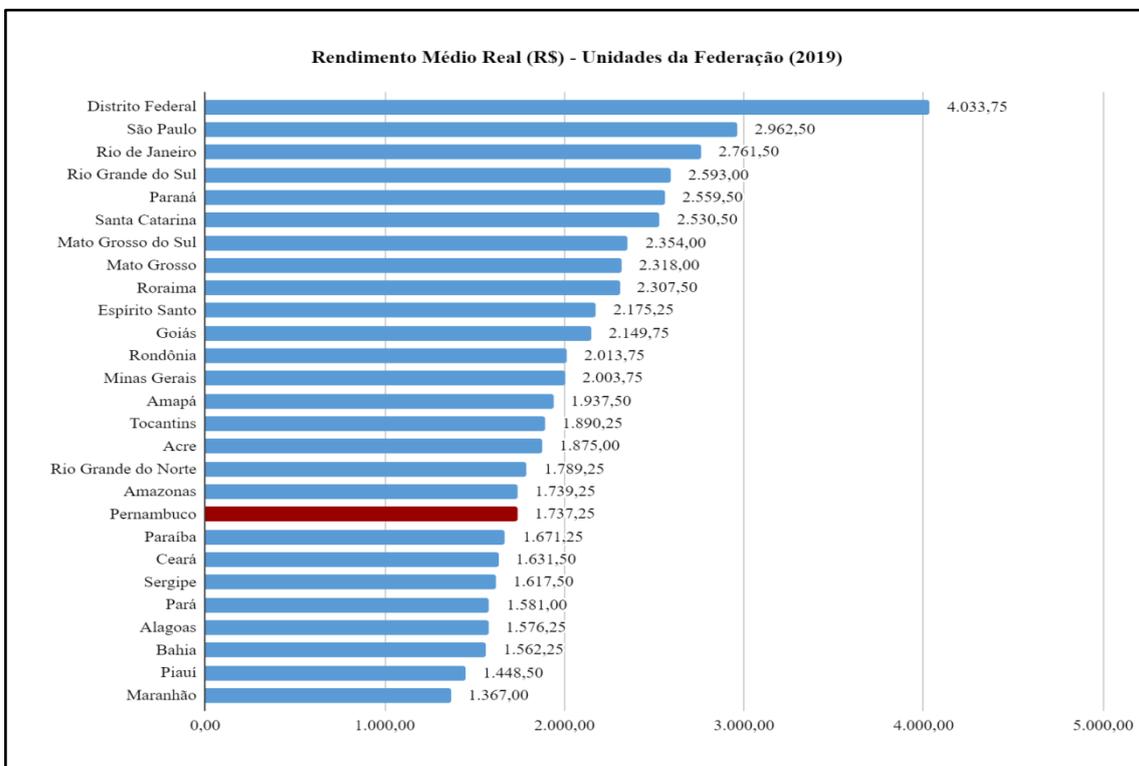
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2018.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Observa-se que a Região Metropolitana do Recife apresentou no exercício de 2018 o 13º maior rendimento médio real, dentre as 20 (vinte) Regiões Metropolitanas pesquisadas. Considerando-se a Região Nordeste, ficou abaixo das Regiões Metropolitanas de Natal, João Pessoa e Salvador.

Ainda por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2019 foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por **unidade da federação**, ano 2019, conforme gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2019.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>

Observa-se que Pernambuco, no ranking nacional de 2019, ocupa a 19ª posição, ficando abaixo da média nacional (R\$ 2.080,98) e de diversas unidades da federação, porém superior aos demais estados do Nordeste, exceto o Rio Grande do Norte, conforme ilustrado no gráfico anterior.

1.3.6 Saneamento

Nos relatórios de contas dos exercícios anteriores a 2017, foram apresentados dados medidos pelo IBGE quanto ao percentual de domicílios particulares



pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água, bem como pela rede coletora de esgoto e quanto ao percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços.

Entretanto, essa medição foi interrompida pelo IBGE, encerrando-se com dados do exercício de 2015. Dessa forma, buscou-se novas fontes de informação para se obter uma visão do desempenho do Estado de Pernambuco com relação ao abastecimento de água e esgoto e foram obtidos dados até o exercício de 2017.

No relatórios de contas do exercício de 2018, as novas informações foram obtidas no site da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, bem como no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do extinto Ministério das Cidades, onde foram levantados dados pela lógica de agrupamento dinâmico de indicadores e informações agregadas por ano de referência.

Neste relatório, foram analisados apenas os diagnósticos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério de Desenvolvimento Regional, uma vez que correspondem aos dados mais atualizados. Por este motivo, não constam dados da Companhia Pernambucana de Saneamento, uma vez que a última atualização disponível no site corresponde ao exercício de 2017.

1.3.6.1 Índice de atendimento

O sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) realiza o cálculo dos índices de atendimento total com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com base na população atendida, informada pelos prestadores de serviços, e a população total residente, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Ressalte-se que a população atendida, calculada pelos prestadores de serviços, pode não ser consistente com os dados oficiais da população total do município, fornecida pelo IBGE (estimada para os anos em que não são realizados Censo ou Contagem Populacional), que elevam o índice de atendimento. Isso pode decorrer de diferenças na metodologia de cálculo da população atendida adotada pelos prestadores, podendo gerar índices de atendimento superiores a 100%.

De acordo com o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2018, fornecido pelo SINIS, de forma a reduzir inconsistências nos índices apresentados, quando os prestadores de serviços informam os dados de população atendida superiores à população residente, o SNIS solicita que o cálculo seja revisto ou que se iguale a população atendida à residente, para que não resulte em índices de atendimento superiores a 100%.

A tabela abaixo apresenta a média dos índices de atendimento com água e esgotos e dos índices de tratamento dos esgotos, distribuídos segundo as macrorregiões geográficas e a média do Brasil no ano de 2018.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Níveis de atendimento com água e esgotos dos municípios com prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018, segundo macrorregião geográfica e Brasil

Macrorregião	Índice de atendimento com rede (%)				Índice de tratamentos de esgotos (%)	
	Água		Coleta de esgotos		Esgotos gerados	Esgotos coletados
	Total	Urbano	Total	Urbano	Total	Urbano
Norte	57,1	69,6	10,5	13,3	21,7	83,4
Nordeste	74,2	88,7	28,0	36,3	36,2	83,6
Sudeste	91,0	95,9	79,2	83,7	50,1	67,5
Sul	90,2	98,6	45,2	51,9	45,4	95,0
Centro-Oeste	89,0	96,0	52,9	58,2	53,9	93,8
Brasil	83,6	92,8	53,2	60,9	46,3	74,5

Fonte: SNIS.

<http://www.snis.gov.br>

Observa-se que, no ano de 2018, a média do país do índice de atendimento total com rede de abastecimento de água foi de 83,6%. Quanto ao índice de atendimento urbano de água, percebe-se que o índice de atendimento foi de 92,8%.

O SNIS realizou análise por microrregião, por meio da qual verificou que houve um crescimento de 0,9 ponto percentual no índice de atendimento total de água em relação a 2017 no Nordeste, passando de 73,3% em 2017 para 74,2% em 2018. Dentre as companhias estaduais da macrorregião, o aumento no Nordeste foi causado, principalmente, pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN/RN) e pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA/PE), que apresentam os maiores aumentos da população total atendida em valores absolutos. Na COMPESA/PE, o índice de atendimento total com água passou de 79,1% em 2017 (7.239.797 habitantes atendidos) para 80,6% em 2018 (7.389.708 habitantes atendidos).

1.3.6.2 Distribuição dos níveis de atendimento urbano por rede de água

A seguir são apresentados os índices de atendimento urbano por rede de água, distribuídos por faixas percentuais, de acordo com os estados brasileiros.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Índice médio de atendimento urbano por rede de água dos municípios com prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018, distribuído por faixas percentuais, segundo estado

UF/Ano	Índice de atendimento urbano de água
Acre	60,1 a 80,0%
Alagoas	80,1 a 90,0%
Amapá	< 40,0%
Amazonas	80,1 a 90,0%
Bahia	> 90,0%
Ceará	60,1 a 80,0%
Distrito Federal	> 90,0%
Espírito Santo	> 90,0%
Goiás	> 90,0%
Maranhão	60,1 a 80,0%
Mato Grosso	> 90,0%
Mato Grosso do Sul	> 90,0%
Minas Gerais	> 90,0%
Pará	40,0 a 60,0%
Paraíba	> 90,0%
Paraná	> 90,0%
Pernambuco	> 90,0%
Piauí	> 90,0%
Rio de Janeiro	> 90,0%
Rio Grande do Norte	> 90,0%
Rio Grande do Sul	> 90,0%
Rondônia	60,1 a 80,0%
Roraima	> 90,0%
Santa Catarina	> 90,0%
São Paulo	> 90,0%
Sergipe	> 90,0%
Tocantins	> 90,0%

Fonte: SNIS.

<http://www.snis.gov.br>

De acordo com a tabela acima, o índice médio de atendimento urbano por rede de água apresenta valores acima de 90% no Distrito Federal e em 18 estados, dentre os quais encontra-se o estado de Pernambuco. Na faixa de 80% a 90%, encontram-se Alagoas e Amazonas; na faixa logo abaixo, entre 60% e 80%, verificam-se os estados Maranhão, Ceará, Acre e Rondônia; na penúltima faixa, de 40% a 60%, observa-se o estado do Pará. Já o Amapá apresentou índice de atendimento inferior a 40%.



1.3.6.3 Distribuição dos níveis de atendimento urbano por rede coletora de esgotos

Foi analisado o índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos (IN024), distribuídos por faixas percentuais, de acordo com os estados brasileiros, conforme apresentado na tabela a seguir:

Índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos dos municípios com prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018, distribuído por faixas percentuais, segundo estado

UF/Ano	Índice de atendimento urbano de água
Acre	10,0 a 20,0%
Alagoas	20,1 a 40,0%
Amapá	< 10,0%
Amazonas	10,0 a 20,0%
Bahia	40,1 a 70,0%
Ceará	20,1 a 40,0%
Distrito Federal	> 70,0%
Espírito Santo	40,1 a 70,0%
Goiás	40,1 a 70,0%
Maranhão	10,0 a 20,0%
Mato Grosso	40,1 a 70,0%
Mato Grosso do Sul	40,1 a 70,0%
Minas Gerais	> 70,0%
Pará	< 10,0%
Paraíba	40,1 a 70,0%
Paraná	> 70,0%
Pernambuco	20,1 a 40,0%
Piauí	20,1 a 40,0%
Rio de Janeiro	40,1 a 70,0%
Rio Grande do Norte	20,1 a 40,0%
Rio Grande do Sul	20,1 a 40,0%
Rondônia	< 10,0%
Roraima	40,1 a 70,0%
Santa Catarina	20,1 a 40,0%
São Paulo	> 70,0%
Sergipe	20,1 a 40,0%
Tocantins	20,1 a 40,0%

Fonte: SNIS.

<http://www.snis.gov.br>



Pela análise da tabela acima, observa-se que o índice médio de atendimento urbano com rede coletora de esgotos indica valores acima de 70% apenas no Distrito Federal e em três estados: São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Na faixa de 40% a 70%, encontram-se oito estados: Rio de Janeiro, Roraima, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Paraíba e Mato Grosso; na faixa logo abaixo, de 20% a 40%, verificam-se nove estados: Rio Grande do Sul, Tocantins, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina e Piauí. Na penúltima faixa, de 10% a 20%, encontram-se três estados: Maranhão, Acre e Amazonas. Por último, na menor faixa, inferior a 10%, há três estados: Amapá, Pará e Rondônia.

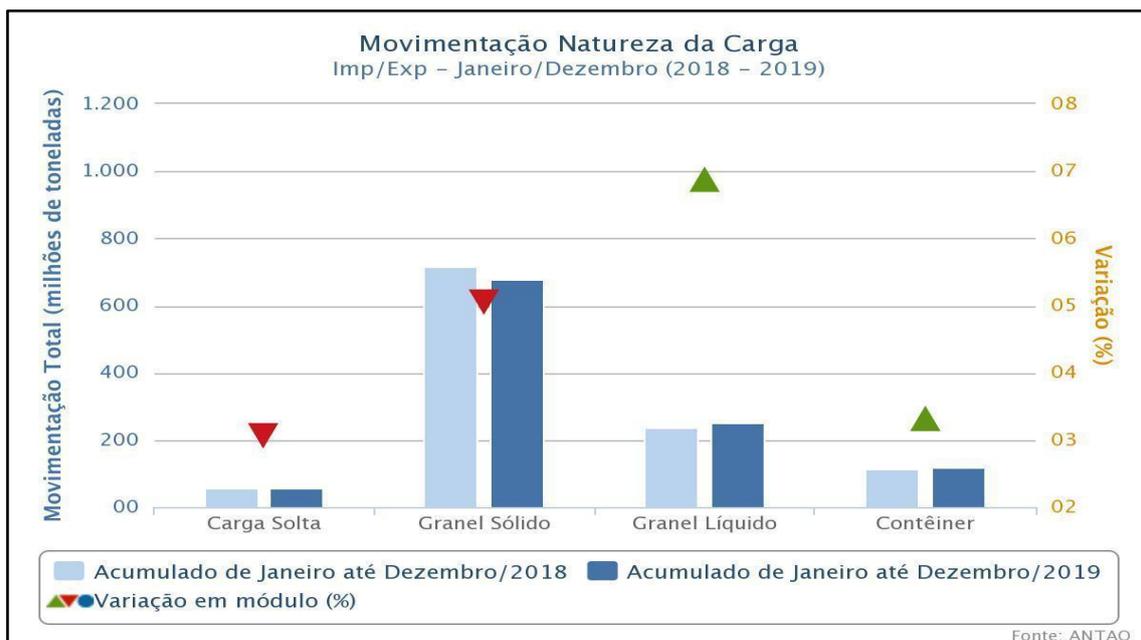
1.4 Cargas Transportadas

1.4.1 Cargas Portuárias

1.4.1.1 Movimentação total nacional

A movimentação de cargas portuárias no Brasil em 2019 alcançou 1,104 bilhão de toneladas, resultante de embarques e desembarques de produtos em 179 unidades portuárias, seja portos organizados seja terminais de uso privado, segundo classificação utilizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários para os portos públicos e privados, respectivamente.

A mensuração desse total é decomposta em quatro segmentos de cargas: graneis líquidos, graneis sólidos, mercadorias containerizadas e mercadorias soltas, como expõe o gráfico abaixo:



Fonte: webportos



Participação de Pernambuco

A movimentação total no país é significativamente quantificada em razão de dois produtos principais: o minério de ferro que, sozinho, representou 54% da movimentação de todos os granéis sólidos transportados no país em 2019⁵, e o petróleo, que compreendeu 61,2% de toda a tonelagem de granéis líquidos transportados no país⁶. Juntos, esses dois produtos representam 47,25% da tonelagem total movimentada nacionalmente. Pernambuco não se afigura como produtor de minério de ferro nem contempla extração de petróleo em seu território/litoral, mas, em relação a este último, classificado como “granel líquido”, passou a alavancar sua movimentação a partir do funcionamento, em dezembro/2014, da Refinaria Abreu e Lima.

Esses dois produtos (que compõem, respectivamente, os segmentos dos granéis sólidos e de granéis líquidos) foram o principal vetor para a elevação do patamar de movimentação de cargas, no país, nos últimos vinte anos (de 2000 a 2019), de 485 milhões de toneladas para 1,1 bilhão de toneladas, e continuam determinando volumes totais de movimentação portuária no país.

Pernambuco, que não contempla atividade de escoamento de minério de ferro e possui movimento de petróleo restrito à atividade de refinamento (não de extração), era detentor ao final de 2019 de duas das 179 unidades portuárias existentes no país, tendo figurado ao final do exercício, com 2,29% da carga total transportada no país (25,31 milhões de toneladas), o que representou a nona maior movimentação portuária do país e a terceira do Nordeste (abaixo do Maranhão e da Bahia). Comparativamente ao ano anterior (2018), observou-se elevação de 636 mil toneladas na movimentação total no estado (foram 24,68 milhões de toneladas em 2018) e um aumento relativo da participação no estado, vez que o percentual do estado em 2018 havia alcançado 2,19% do total nacional.

As unidades portuárias localizadas no estado são o Porto de Suape e o Porto do Recife (ambas qualificadas como portos públicos). Até o mês de agosto/2019, além destes, havia operações residuais em um terceiro componente (o Estaleiro Atlântico Sul, classificado pela ANTAQ como unidade privada). No entanto, no referido mês, houve o encerramento das atividades dessa unidade, havendo apenas movimentação residual nos números do exercício (no ápice de seu funcionamento de construção e reparo de navios, no ano de 2014, o Estaleiro alcançou movimento de 133,8 mil toneladas). A movimentação 2019 nessas unidades, e sua comparação a 2018, é abaixo resumida:

⁵ O minério de ferro (granel sólido mais representativo do país) é predominantemente produzido pela Companhia Vale (CVRD), na Serra de Carajás (PA). Elevações de demanda no mercado externo pelo produto alavancam a tonelagem do Terminal da Ponta da Madeira e do Porto de Itaqui, ambos no Maranhão. A manutenção da tonelagem do porto de Itaqui à frente do Porto de Suape depende da maior ou menor volume desta demanda externa.

⁶ O petróleo, por sua vez, é produzido em dez estados da federação, dentre os quais Pernambuco não faz parte, sendo 89% dessa produção concentrada nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (fonte: <https://exame.abril.com.br/economia/quem-sao-os-10-estados-produtores-de-petroleo-no-brasil/>). A representatividade do produto na tonelagem total é suficiente a dar posição de destaque a esses dois estados na movimentação total do cenário nacional.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Porto / Terminal	Movimento de cargas (em ton.)		Variação
	2018	2019	
Porto de Suape	23.435.960	23.899.490	+ 1,98%
Porto do Recife	1.228.167	1.412.426	+ 15,00%
Estaleiro Atlântico Sul	12.417	829	- 93,3%
TOTAL	24.676.545	25.312.745	+ 2,58%

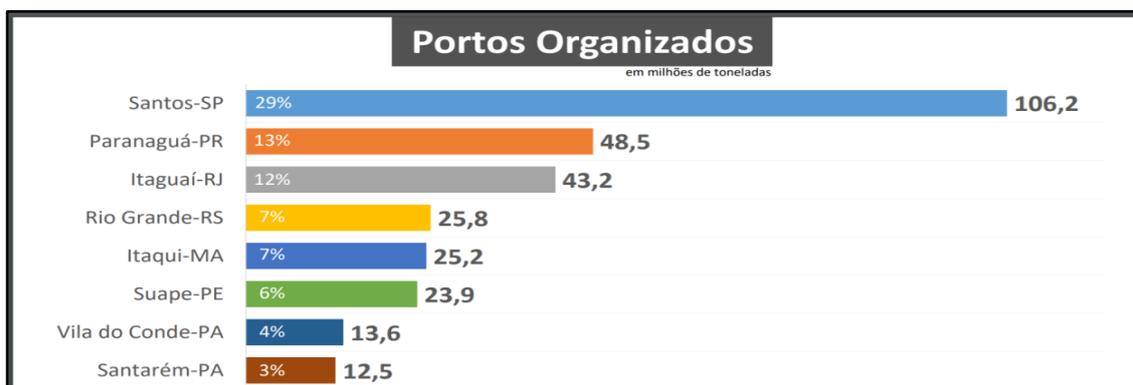
Fonte: <http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>

Apesar do crescimento da movimentação nos portos de Suape e de Recife em 2019 comparativamente ao ano anterior, observa-se comportamento histórico inverso entre si. Desde meados da década de 1990, as operações do centro de Recife foram progressivamente transferidas ao Porto de Suape. Em 1995, o movimento do Porto do Recife detinha movimentação maior que a do Porto de Suape (3,17 milhões no Recife ante 1,77 milhões de toneladas embarcadas/desembarcadas em SUAPE). Sete anos depois (2002), Suape já figurava com 4,23 milhões ante 1,53 milhões de toneladas do Porto de Recife. O distanciamento no volume de operações entre os dois portos permaneceu visível até o exercício de 2019 sob análise.

1.4.1.2 Dados comparados

Ao final de 2019, o Porto de Recife ocupava a 22ª posição entre os portos **públicos** do país. Já Suape figurou na sexta posição dentre estes **portos públicos**. A sua condição atual o credencia a disputar com os Portos de Itaqui (MA) e de Rio Grande (RS) a condição entre 4ª e 6ª maiores portos públicos do país⁷, os quais historicamente se posicionaram à frente dos volumes operados pelo Porto de Suape.

Em 2019, a movimentação portuária dos principais portos públicos do país foi assim representada:



Fonte: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Anu%C3%A1rio-2019-vFinal-revisado.pdf>

⁷ O porto de Itaqui tem operação predominantemente voltada para minério de ferro (segmento de granéis sólidos), tendo volumes pouco expressivos para as demais modalidades. Por isso, uma maior ou menor demanda externa pelo produto determina um movimento maior ou menor que o do Porto de Suape. Já o Porto do Rio Grande (RS) é assemelhado ao Porto de Suape por se caracterizar como multimodal (com volumes expressivos em todos os quatro segmentos de cargas).



Quando verificado o comportamento histórico dos portos acima, percebe-se que as unidades portuárias de Santos, Paranaguá e Itaguaí (Sepetiba) mantêm, há vários anos, posições consolidadas de três maiores portos públicos do país. Por sua vez, o Porto de Suape tinha em 2013 movimentação inferior à dos portos de Vila do Conde (PA) e de São Francisco do Sul (SC), vindo a ultrapassá-los em movimentação total em 2014, e em seguida, após crescimentos anuais sequenciados, deflagrar uma aproximação aos números totais do porto de Rio Grande (RS) e do porto de Itaqui (MA). Em 2013, estes dois portos detinham tonelagens próximas, cada qual, ao dobro da então verificada no Porto de Suape.

Deve-se ressaltar que o quadro acima expõe apenas a movimentação portuária de portos públicos (denominados pela ANTAQ como “portos organizados”). Quando consideradas também as movimentações ocorridas nos terminais de uso privativo (portos privados), que em sua maioria se dedicam à movimentação de um único produto ou grupo de produtos (apenas graneis líquidos ou apenas graneis sólidos, por exemplo), a posição do Porto de Suape passa a apresentar a 11ª maior movimentação portuária do país. Em termos práticos, contudo, é inaplicável comparar porto multimodal, como o de Suape, com unidades portuárias que operam um único produto ou grupo de produtos⁸.

1.4.1.3 Dados Comparados em Cargas Containerizadas

Cabe destaque particular ao segmento de mercadorias containerizadas, as quais observaram um salto de 25 milhões para 117 milhões de toneladas no período de 2000 a 2019, com elevação da participação no total de movimentação portuária do país de 5,4% para 10,5% em vinte anos.

Apesar de representar “fatia” de apenas 10,5% do total da tonelagem movimentada no país em 2019, este segmento é importante medidor de economia de estados e regiões, em razão de que as mercadorias aí transportadas poderiam, diferentemente dos principais graneis sólidos e líquidos, ser transportadas através das modalidades alternativas (aérea, rodoviária ou ferroviária).

Nesse segmento, Pernambuco ocupou, em 2019, a 7ª condição entre os estados da federação e manteve a 1º do Nordeste, com 4,65% da tonelagem de mercadorias containerizadas, conforme quadro abaixo:

⁸ O maior exemplo disso passa pelo Terminal da Ilha da Madeira (MA), de propriedade da Companhia do Vale do Rio Doce (Vale), porto de maior tonelagem movimentada no país. Suas operações envolvem exclusivamente o recebimento de minério de ferro extraído na Serra de Carajás e o embarque do mesmo produto para diversos países do mundo, com demanda principal da China. Os números finais desta unidade portuária dependem exclusivamente da demanda mundial (sobretudo do país acima) para este produto. Os portos multimodais, por sua vez, têm sua movimentação mais estável à medida que operam centenas de produtos, em diversas formas de acondicionamento.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Cargas recebidas + remetidas em contêineres, em mil toneladas

Estado	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	39.419	38.709	41.814	43.439	43.723
Santa Catarina	18.139	18.154	19.349	20.208	21.969
Paraná	8.859	8.231	8.316	8.698	9.512
Rio Grande do Sul	7.349	8.509	8.849	9.034	8.125
Rio de Janeiro	6.310	5.932	6.372	7.691	7.143
Amazonas	4.918	5.202	5.350	5.932	6.871
Pernambuco	4.537	4.732	5.328	5.096	5.387
Ceará	2.732	2.908	3.304	4.172	5.225
Bahia	3.616	3.856	4.414	4.261	4.171
Subtotal	95.882	96.237	103.096	108.531	112.128
Outros estados	4.547	3.914	4.495	4.790	4.953
Total	100.429	100.151	107.591	113.321	117.081

Fonte: ANTAC (<http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>)

O quadro acima enfoca os dados do setor durante e após cenário de recessão econômica nacional (2015-2016). Vê-se que a variação percentual da tonelagem de cargas líquidas movimentadas no estado foi inferior à variação verificada nos estados do Ceará, Amazonas e Santa Catarina, tendo sido mais elevada em relação aos demais cinco estados presentes no quadro acima.

A tendência verificada no ano de 2019 sugere a possibilidade de as cargas movimentadas no estado do Ceará (porto privado de Pecém e porto público de Fortaleza) virem a ultrapassar o total movimentado no estado nos próximos exercícios.

Em dados individuais (por unidade portuária), doze portos abarcam 90% da movimentação de contêineres do país. O Porto de Suape fechou 2019 como oitavo maior porto do país em mercadorias containerizadas e quarto mais relevante quando considerado apenas os portos públicos, mantendo, entre mercadorias containerizadas, a posição de maior porto público do Nordeste, conforme quadro a seguir:

Porto / Terminais de Uso Privado (TUP)	Público/Privado	Carga Total (em milhões toneladas)
Santos (SP)	Público	36,41
Paranaguá (PR)	Público	9,51
Itapoá (SC)	Privado	8,00
Portonave (SC)	Privado	7,81
Rio Grande (RS)	Público	7,69
DPWorld Santos (SP)	Privado	7,31
Chibatão (AM)	Privado	5,96
SUAPE (PE)	Público	5,38
Itajá (SC)	Público	5,32
Pecém (CE)	Privado	4,60



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Porto / Terminais de Uso Privado (TUP)	Público/Privado	Carga Total (em milhões toneladas)
Rio de Janeiro (RJ)	Público	4,57
Salvador (BA)	Público	4,17
Subtotal		106,76
Outros		10,32
TOTAL NACIONAL		117,08

Fonte: Antac Dados estatísticos (<http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>)

É notória a tendência de expansão da participação de terminais de uso privado (TUPs) dentro da movimentação nacional de contêineres. Em 2010, a movimentação de contêineres por terminais privados representou 14,6% do total nacional. Em 2019, esse percentual já alcançou 30,2%. Todos os portos públicos sentiram perda de participação relativa dentro do cenário nacional. O porto de Suape, oitavo em movimentação de contêineres em 2019, era o quinto em 2010. Nesse período, teve movimentação ultrapassada por três portos privados: Itapoá (SC), DP World Santos (SP) e Chibatão (AM).

Quando verificado comparativo apenas entre portos públicos, Suape vem consolidado no cenário nacional, com redução de distanciamento de movimentação ante os portos de Santos e Rio Grande e aumentando distanciamento ante portos com os manteve quantitativos semelhantes até 2010 (Rio de Janeiro, Salvador e Itajaí).

1.4.2 Cargas aeroportuárias

1.4.2.1 Movimentação nacional

Em 2019, os aeroportos brasileiros proporcionaram envio e recebimento de cargas, que ultrapassaram a ordem de 1,5 milhão de toneladas. Cerca de 97% dessas operações (1,35 milhão de toneladas) estão concentradas em treze unidades aeroportuárias do país⁹, dentre as quais o aeroporto de Recife é inserido.

Participação de Pernambuco

O Estado de Pernambuco dispunha, em 2019, de três aeroportos, todos com movimentação de cargas: o de Recife, o de Petrolina e o de Fernando de Noronha. O total de cargas embarcadas e desembarcadas em 2019 observou elevação de 11,82% em comparação ao ano anterior, como abaixo reproduzido:

⁹ As análises foram limitadas a treze maiores aeroportos, porque a diferença entre o aeroporto de Belém (13º) e o de Natal (14º) no período analisado foi superior a 30%, existindo, a partir deste último, um novo bloco de aeroportos com dados muito aproximados entre si



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Aeroporto	Movimento de cargas (em ton.)		Variação
	2018	2019	
Recife	48.410.498	54.306.322	+ 12,17%
Petrolina	3.227.830	3.322.557	+ 2,93%
Fernando de Noronha	1.041.368	1.280.040	+ 22,92%
TOTAL	52.679.696	58.908.919	+ 11,82%

Fonte: Anac – Dados estatísticos

A tonelage embarcada/desembarcada no estado, tanto em 2019 como no ano anterior, colocou o estado como o de quinta maior movimentação de cargas aeroportuárias do país, atrás apenas dos estados de São Paulo, Amazonas, Rio de Janeiro e do Distrito Federal, se mantendo, por sua vez, à frente das verificadas nos estados do Ceará e da Bahia.

Os dados da Anac permitem reconhecer que o aeroporto de Recife teve mais eventos de emissão do que de recebimento (52,6% a 47,4%), sendo esta característica também visível, de forma mais acentuada, no de Petrolina (79,3% de emissão e 20,7% de recebimento). O aeroporto de Fernando de Noronha mostrou perfil inverso, eminentemente receptor, com proporção de 4,8% e 95,2% entre toneladas embarcadas/recebidas.

1.4.2.2 Dados Comparados: aeroporto do Recife

Em 2019, o aeroporto de Recife contabilizou, entre envio e recebimento de cargas, um total de 54,3 mil toneladas, o que representou 4,03% do total movimentado pelas 13 maiores unidades aeroportuárias do país. Este percentual valeu ao aeroporto a 7ª posição no ranking nacional. Comparativamente ao ano anterior, houve significativo crescimento desse percentual, posto que em 2018 a fatia representada pelo aeroporto de Recife havia sido de 3,35% da movimentação total dos mesmos 13 aeroportos.

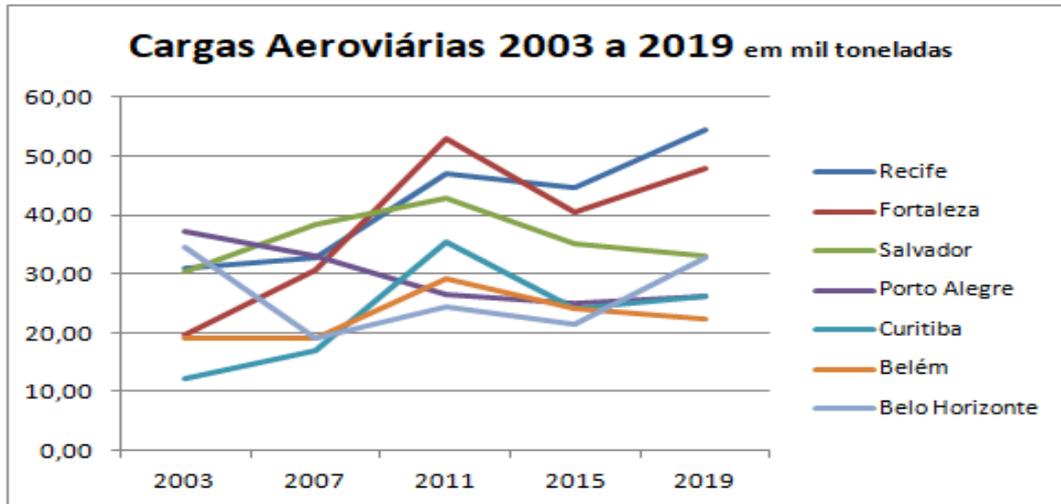
O movimento de cargas aeroportuárias na capital do estado no estado vem em crescimento constante desde 2007. À ocasião, a tonelage de cargas representava apenas 2,91% do total movimentado nas 13 unidades aeroportuárias, o que lhe proporcionava ali a nona posição nacional. De lá pra cá, o movimento do Aeroporto do Recife ultrapassou os de Salvador e Porto Alegre, passando a ocupar a 7ª posição mencionada de início.

Numa visão nacional, os dados disponíveis no banco de dados da Anac (2000 a 2019) conferem posição consolidada entre os cinco maiores aeroportos em volumes de cargas (Guarulhos, Campinas, Manaus, Galeão e Brasília) e uma sexta posição ocupada na maioria das situações pelo aeroporto de Congonhas. Já entre o 7º e o 13º maiores movimentos de cargas é verificada proximidade de números, com alternâncias frequentes no período da base de dados da ANAC. O gráfico abaixo ilustra essa alternância na tonelage dos aeroportos brasileiros que tradicionalmente ocuparam



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

posições compreendidas entre 7º e 13º maiores pesagens no período dos últimos dezesseis anos:



Fonte Anac. Nota: As referências a Belo Horizonte compreendem a soma dos dados de Confins e Pampulha, quando aplicável.

No grupo de sete aeroportos acima, os de Recife e Fortaleza ocupavam posição intermediária em 2003 e tiveram crescimentos contínuos que os propiciaram as duas posições mais favoráveis no grupo de amostra acima (do 7º ao 13º aeroportos de maior carga).

Verificada uma série histórica menor, em período mais recente (2015 a 2019), com abrangência ampliada para os 13 maiores aeroportos, observa-se a seguinte movimentação entre os maiores aeroportos do país:

Cargas recebidas + remetidas, em mil toneladas

Aeroporto	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Guarulhos	458,39	456,98	506,45	564,23	516,98
Campinas (Viracopos)	216,21	197,02	230,02	271,11	251,56
Manaus	115,08	108,81	117,71	123,00	118,39
Galeão	94,85	88,94	98,68	115,71	90,47
Brasília	64,10	63,66	64,78	73,96	66,36
Congonhas	40,44	47,32	52,53	55,20	55,78
Recife	44,73	39,85	42,79	48,41	54,31
Fortaleza	40,58	35,29	36,59	41,87	47,80
Salvador	35,19	29,95	31,06	31,75	32,96
Confins	21,36	22,36	26,55	34,04	32,54
Porto Alegre	25,12	23,17	24,06	27,76	26,18
Curitiba	24,22	20,93	21,64	25,58	26,33
Belém	26,16	19,63	20,96	22,32	22,38

Fonte: Base de Dados Estatísticas Anac



Vê-se que o aeroporto do Recife, além de vir mantendo a 7ª posição entre os aeroportos de maior movimentação de cargas no país, ensaia uma aproximação aos totais movimentados no aeroporto de Congonhas, o que foi delineado sobretudo no exercício de 2019 sob análise.

Note-se ainda que os dados de 2019, quando comparados aos de 2015, caracterizado como última recessão econômica nacional, permitem reconhecer que apenas o aeroporto de Confins apresentou crescimento proporcional maior que o do Recife no período.

1.5 Movimento de Passageiros em aeroportos

1.5.1 Movimentação nacional

Diferentemente do abordado sob o critério de cargas transportadas, que destaca 13 unidades aeroportuárias, quando se considera o critério de “passageiros transportados”, merecem destaque os dados apresentados pelo conjunto de doze maiores aeroportos¹⁰. O rol de unidades aeroportuárias em passageiros transportados é assemelhado, mas não coincidente, ao rol dos maiores no critério de “cargas transportadas”.¹¹

O volume de eventos de embarques e desembarques pagos nesses doze aeroportos com maior movimentação de passageiros em alcançou 162,08 milhões em 2019. Estima-se que o quantitativo acima represente cerca de 90% do quantitativo total de eventos de todas as unidades portuárias brasileiras no ano.

Os dados disponibilizados no site da Anac (2000 a 2019) informam posições predominantemente consolidadas no período para os sete aeroportos com maior volume de passageiros (Guarulhos, Congonhas, Brasília, Galeão, Confins, Campinas e Santos Dumont) e um segundo bloco, no qual aparecem os três maiores equipamentos do Nordeste (Recife, Salvador e Fortaleza) e os dois maiores da região sul (Porto Alegre e Curitiba). Foi verificado nível maior de mobilidade no período neste segundo bloco do que no primeiro.

1.5.2 Participação de Pernambuco

Os três aeroportos situados em Pernambuco proporcionaram um total de embarques/desembarques no ano de 2019. Tais quantitativos, comparativamente ao ano anterior, são abaixo demonstrados:

¹⁰ A diferença no quantitativo de passageiros entre os aeroportos de Curitiba (12º) e o de Florianópolis (13º) é superior a 50% em 2019, cabendo a este liderar um novo bloco de aeroportos com dados aproximados entre si.

¹¹ A diferença básica em relação aos critérios de “cargas transportadas” e “passageiros transportados” é que os aeroportos de Manaus e Belém, 3º e 13º em cargas, respectivamente, não figuram no rol dos 12 maiores aeroportos em número de passageiros transportados. Já o aeroporto de Santos Dumont (RJ), que não integra o rol dos 13 grandes aeroportos em cargas, figura em 7º quando o critério é de passageiros transportados.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Aeroporto	Embarques / desembarques		Variação
	2018	2019	
Recife	8.280.422	8.639.082	+ 4,33%
Petrolina	475.801	395.458	- 16,89%
Fernando de Noronha	253.733	301.030	+ 18,64%
TOTAL	9.009.956	9.335.570	+ 3,61%

Fonte: Anac - Dados Estatísticos

O movimento de passageiros no estado posiciona o estado em 2019 na sexta maior movimentação de passageiros do país e segunda da região Nordeste, atrás de SP, RJ, DF, MG e BA. Este último ainda manteve quantitativos totais de embarques e desembarques superiores aos de Pernambuco, cabendo informar que no estado comparado há cinco aeroportos (Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Vitória da Conquista e Feira de Santana), sendo três os equipamentos no estado de Pernambuco (Recife, Petrolina e Fernando de Noronha).

1.5.3 Dados comparados do aeroporto do Recife

O aeroporto de Recife contou um volume de 8,64 milhões de embarques/desembarques em 2019, o que representou 5,33% do movimento do universo de doze maiores aeroportos em movimentação de passageiros, proporcionando o 8ª maior contingente de passageiros dentre as unidades aeroportuárias do país.

Comparativamente a 2018, houve crescimento de 4,33% no quantitativo de embarques e desembarques no aeroporto do Recife, sendo este percentual de crescimento inferior apenas aos verificados nos aeroportos de Campinas (17,04%), Fortaleza (8,70%) e Confins (4,62%).

O crescimento da participação nacional do aeroporto do Recife no que tange a passageiros transportados foi construído sobretudo nos últimos quatro anos. Em 2015, por exemplo, o estado detinha a 11ª posição em quantitativo de passageiros transportados, com 3,69% dos eventos de embarque/desembarque dentre os doze maiores aeroportos (percentual que, como dito, foi elevado para 5,33% em 2019).

O quadro a seguir mostra os quantitativos totais de embarques/desembarques pagos nos doze aeroportos de maior movimentação entre 2015 e 2019.

Embarques + desembarques de passageiros entre 2015 e 2019 – em R\$ milhões

Aeroporto	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Guarulhos	37,75	35,53	36,98	41,24	42,25
Congonhas	18,60	20,11	21,18	21,64	22,28
Brasília	19,34	17,54	16,55	17,54	16,57



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Aeroporto	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Galeão	16,44	15,81	15,94	14,83	13,52
Confins	10,92	9,32	9,81	10,26	10,74
Campinas	9,89	8,85	8,83	8,71	10,20
Santos Dumont	9,85	8,84	8,99	9,03	8,93
Recife	6,87	6,68	7,56	8,28	8,64
Porto Alegre	8,08	7,41	7,77	8,11	8,11
Salvador	8,99	7,50	7,55	7,71	7,35
Fortaleza	6,20	5,57	5,83	6,52	7,09
Curitiba	7,08	6,21	6,54	6,19	6,40
TOTAL 12+	141,04	149,38	153,55	145,22	162,08

Fonte: Anac Dados estatísticos

O quadro acima indica a alternância verificada entre os números dos aeroportos de Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza (entre a 8ª e a 12ª posição) no que tange a passageiros embarcados/desembarcados entre 2015 e 2019. Vê-se que nos últimos cinco anos, o aeroporto de Recife ultrapassou, na sequência, em quantitativos de embarques e desembarques, os números dos aeroportos do aeroporto de Curitiba (em 2016), de Salvador (em 2017) e de Porto Alegre (em 2018).

O crescimento dos quantitativos de embarques/desembarques é virtualmente relacionado ao avanço de participação de mercado, no período, da companhia aérea “Azul”, que estabeleceu no início de 2016, o aeroporto de Recife como um dos três pontos de concentração de suas rotas (hub) dentro do território nacional (Campinas e Confins são os demais). Semelhantemente, o avanço também significativo dos dados do aeroporto de Fortaleza pode ser atribuído ao movimento análogo efetuado pela companhia “Gol” em relação ao aeroporto da capital cearense. O quadro abaixo ilustra como a escolha de Recife e Fortaleza como aeroportos de concentração de conexões (hubs), respectivamente pelas companhias Azul e Gol, alavancou os quantitativos desses dois equipamentos, comparativamente aos aeroportos de Salvador (BA) e de Natal (RN):

Efeitos dos hubs no Nordeste - em milhões de embarques/desembarques

Aeroporto	2015	2016	2017	2018	2019
Recife	6,87	6,68	7,56	8,28	8,64
Fortaleza	6,20	5,57	5,83	6,52	7,09
Salvador	8,99	7,50	7,56	7,71	7,35
Natal	2,53	2,27	2,36	2,39	2,29

Fonte: Anac - Banco de dados - Estatísticas

Vê-se que os quatro maiores aeroportos do Nordeste experimentaram quedas entre os anos de 2015 e 2016 (em cenário de recessão), com recuperação e



crescimento a partir de 2017 em intensidade diferenciada para os aeroportos escolhidos como hubs ante os “não hubs”.

Os 8,64 milhões de passageiros verificados em 2019 no aeroporto de Recife foram 3,31% inferiores à movimentação verificada no aeroporto de Santos Dumont, que permaneceu em 2019 como 7ª maior movimentação de passageiros. Em 2015, esse distanciamento era de 27,62%. O encurtamento da distância sugere tendência de ingresso do aeroporto do Recife no bloco dos sete aeroportos de maior movimentação do país dentro dos próximos exercícios, caso mantida a evolução de quantitativos vivenciada no equipamento de Recife nos últimos quatro anos.

1.6 Considerações finais

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco no ano de 2019.

A economia pernambucana apresentou crescimento de 1,9% do seu PIB em 2019, mesma taxa de crescimento apresentada no ano anterior e maior do que o crescimento registrado no País, que foi de 1,1%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2019, em valores correntes, totalizou R\$ 205,0 bilhões.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. O déficit, em 2019, da ordem de US\$ 3,6 bilhões, inferior ao observado em 2018, da ordem de US\$ 4,5 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA na RMR do ano de 2019 (3,71%) foi superior ao de 2018 (2,84%) e foi o terceiro menor dentre todas as Regiões Metropolitanas pesquisadas, ficando, inclusive, abaixo da inflação nacional, a qual chegou a 4,31%.

Observa-se que no período entre 2009 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando em 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que, a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 e 2018 houve uma recuperação de Pernambuco, ainda abaixo da taxa brasileira. Em 2019, embora tenha crescido, não acompanhou o mesmo desempenho do Nordeste e do Brasil. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco apresentou variação positiva (0,78%), mas ocupou a 22ª posição no ranking nacional em 2019, melhorando sua posição em relação a 2018, quando ocupou a 23ª posição.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, foi de 15,5% em 2019. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a terceira pior posição no ranking



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

nacional, caindo uma posição em relação a 2018 e ficando também acima da média nacional que foi de 11,3%.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por unidade da federação, medido pelo IBGE por meio da PNAD Contínua para o estado de Pernambuco em 2019 foi de R\$ 1.737,25. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 19ª posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$ 2.080,98.

O dado de rendimento real reflete, com pouca variação, o do PIB *per capita*. Pernambuco figurou na 17ª posição no ranking nacional, que é composto predominantemente por dois blocos: o dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste (dez estados além do DF) e o dos estados das regiões Norte e Nordeste (que ocupam as 16 últimas posições do ranking). A situação de Pernambuco em 2019 foi de liderança na região Nordeste, restando à frente também dos estados do Pará e do Acre (Região Norte).

No tocante ao saneamento, observa-se que o nível de atendimento total de água a nível nacional foi de 83,6%, enquanto que o índice de atendimento urbano de água, percebe-se que o índice de atendimento foi de 92,8%. A Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA/PE) apresentou um dos maiores aumentos da população total atendida em valores absolutos, com índice de atendimento de 80,6% em 2018 (7.389.708 habitantes atendidos).

Com relação ao índice de atendimento urbano de esgoto, observou-se que o estado pernambucano encontra-se na faixa de 20 a 40% de atendimento, em conjunto os estados de Rio Grande do Sul, Tocantins, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Santa Catarina.

Com relação à movimentação de cargas portuárias, o estado, detentor dos portos de Suape e do Recife, deteve em 2019 a 9ª posição nacional de movimentação de cargas totais, sendo o terceiro do Nordeste, atrás do Maranhão (em virtude predominantemente do escoamento de minério de ferro produzido em Carajás neste estado) e da Bahia. Quando vista a movimentação realizada exclusivamente em contêineres, Pernambuco se posicionou na 7ª colocação no país ao final de 2019, tendo se situado atrás dos estados de SP, SC, PR, RS, RJ e AM, e tendo permanecido à frente de todos os demais estados na Região Nordeste. A movimentação do estado em 2019 foi superior à verificada no ano anterior em 2,58 % em carga total e 5,71% quando considerada apenas a movimentação em contêineres.

Por fim, no que tange a cargas aeroportuárias, o estado ostentou a quinta posição entre os estados da federação, se posicionando atrás apenas dos estados de São Paulo, Amazonas, Rio de Janeiro e do Distrito Federal. A parte predominante da movimentação no estado (92,2%) ocorreu no aeroporto do Recife, sendo o restante distribuído entre os equipamentos de Petrolina e Fernando de Noronha. A movimentação do estado em 2019 foi superior à verificada no ano anterior em 11,82 %



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

Já no que concerne ao transporte de passageiros pelo meio aeroviário, o estado deteve a sexta maior movimentação do país, atrás apenas dos estados de SP, RJ, MG, BA e do DF. A movimentação do estado em 2019 foi superior à verificada no ano anterior em 3,61 %, alavancada pelo crescimento no aeroporto do Recife em 4,33%.